

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO
COPED/2026**
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A APLICAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

Luís Gustavo Ferreira Silva
Licenciando em História_Unimontes
luisgustavofsilvaa@gmail.com

Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim
PPGDS/PPGE/DMTE_Unimontes
monica.amorim@unimontes.br

Emile Larissa Ferreira Viana
Licencianda em Pedagogia_Unimontes
emilelarissafferreiraviana@gmail.com

Maria Elis Antunes Pereira
Licencianda em Pedagogia-Unimontes
antunedeli@gmail.com

Eixo: Educação e Diversidade

Resumo Expandido

Resumo simples

A educação para as relações étnico-raciais foi instituída na escola básica brasileira por meio das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. O presente estudo objetivou analisar a aplicação dessa legislação em diferentes regiões do país por meio de revisão bibliográfica. Os achados apontam que a carência de materiais didáticos e de investimentos na formação docente estão entre os principais desafios desse processo.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, legislação, aplicação, Educação Básica.

Introdução

A Lei Federal nº 10.639/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/2008, modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar. A aplicação dessa legislação na educação básica é fundamental para promover a educação para as relações étnico-raciais (ERER), contribuindo para o enfrentamento do racismo e valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena. Segundo Nilma Lino Gomes (2012), essa legislação aproxima escola, currículo e realidade social, favorecendo a formação crítica de estudantes e docentes.

Justificativa e problema da pesquisa

Este estudo questiona: O que revelam as pesquisas sobre a aplicação dessa legislação na educação básica em diferentes lugares do Brasil? Que desafios figuram nesse processo? Quais convergências e divergências? O estudo vincula-se ao Centro de Referência em



Educação Popular da Unimontes, que agrega ações de pesquisa, extensão e ensino, voltadas às relações étnico-raciais e de gênero. Ademais, a realização de pesquisas sobre a aplicação dessas leis é fundamental, conforme Gomes (2012), para aprofundar a compreensão sobre a EREER nos sistemas de ensino.

Objetivos da pesquisa

A pesquisa objetivou analisar produções acadêmicas sobre a aplicação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação básica em diferentes regiões do país. Especificamente objetivou: identificar os desafios relacionados à aplicação dessa legislação; detectar convergências e divergências na aplicação da legislação.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 representam marcos na educação brasileira ao tornarem obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena e proporem às instituições educativas princípios “como o reconhecimento da diversidade cultural e da desigual distribuição de oportunidades sociais entre diversos segmentos e grupos da população”. (Gomes, 2012, p.8). Nessa direção, além das contribuições de Gomes (2012), que alcança diferentes regiões do país, este estudo se apoia nas pesquisas de Alves, Teixeira e Santos (2022); Menezes e Pio (2025); Vasconcelos e Alves (2024); Silva (2024); Pereira e Daxenberger (2023); Cunha e Barino (2025) e Rodrigues (2022).

Procedimentos metodológicos

De natureza qualitativa, esta pesquisa utilizou a revisão bibliográfica como procedimento metodológico e concentrou-se no levantamento e análise de artigos que abordam a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 em diferentes regiões do Brasil. O levantamento foi realizado nas plataformas Portal de Periódicos CAPES, *Scielo* e Google Acadêmico, empregando-se os termos “Lei 10.639/2003, implementação”; “Lei 11.645/2008, implementação”; “relações étnico-raciais na educação básica”. Foram selecionados sete estudos publicados nos últimos cinco anos.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa

Todos os estudos analisados tiveram como objeto de análise a EREER na educação básica e investigaram percepções docentes, utilizando o questionário como técnica de coleta, à exceção do trabalho de Silva (2024), que realizou entrevistas com docentes.

O estudo de Alves, Teixeira e Santos (2022) analisa a percepção de 3.316 educadores de diferentes regiões do país sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003. Menezes e Pio (2025) fazem um balanço das Leis 10.639/2003 e 11.645/2011 a partir de 125 questionários respondidos por professores de várias regiões brasileiras. As demais pesquisas foram desenvolvidas em diferentes cidades do país: Cunha e Barino (2025) em São Paulo; Rodrigues (2022) em Santa Catarina; Vasconcelos e Alves (2024) no interior de Pernambuco; Silva (2024) em Maceió, e Pereira e Daxenberger (2023) no município de Areia, na Paraíba.

Apesar das diferenças regionais e de redes de ensino, os estudos convergem ao apontar desafios para implementação das leis, especialmente a insuficiente formação docente e a carência de materiais didáticos. Pereira e Daxenberger (2023) destacam a formação inicial insuficiente e a ausência de formação continuada. Cunha e Barino (2025) acrescentam a

sobrecarga de trabalho docente como desafio. Menezes e Pio (2025) ressaltam o apoio institucional limitado como dificuldade. Silva (2024) cita a resistência de gestores, colegas, alunos e famílias em relação à EREER. Diversos estudiosos indicam a aplicação pontual da legislação, restrita a datas comemorativas. Alves, Teixeira e Santos (2022) recomendam maior acompanhamento da aplicação das normativas. E como aspecto distinto, apenas a pesquisa realizada em Santa Catarina, apontou ações da Secretaria de Estado da Educação para implementação da Lei nº 11.645/2008, embora também evidencie a carência de materiais e a necessidade de ampliar a formação continuada e os recursos pedagógicos.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O objeto deste estudo, a EREER relaciona-se à pesquisa em educação e ao eixo temático “educação e diversidade”, por constituir uma questão essencial ao debate sobre diversidade na educação.

Considerações finais

A análise dos estudos evidenciou que a aplicação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação básica enfrenta desafios semelhantes em diferentes regiões do país, especialmente a carência de materiais didáticos e a insuficiência da formação docente. Conclui-se que a promoção da EREER demanda maiores investimentos e acompanhamento nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Agradecimentos ao apoio da FAPEMIG para realização desta pesquisa.

Referências

ALVES, Luciana; TEIXEIRA, Daniel; SANTOS, Winnie Nascimento dos. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 450-465, maio/ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal N° 10639/2003**. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei Federal Nº 11645/2008. Brasília, 2008.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília : MEC/Unesco, 2012.

CUNHA, Claudia Brito da; BARINO, Raphael Sepulveda. Implementação da Lei nº 11.645/08 em uma escola da Rede Municipal de Ensino de São Paulo/SP: um estudo de caso. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 86-102, maio/ago. 2025.

MENEZES, Paula C. S.; PIO, Alessandra. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008: um balanço atual baseado nas apropriações docentes. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, Guarulhos, v. 13, n. 1, p. 1-26, 2025.

PEREIRA, Marcos Vinicius; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **Perspectivas sobre a implementação das Leis 10639 e 11645: um estudo sobre a opinião de educadores em escola**

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



pública de Areia/PB. In: Anais do 11º Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares, 6º Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo E Práticas Educativas; 4º Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo, João Pessoa: UFPB, 2024.

RODRIGUES, Cintia Régia. Um balanço dos dez anos da Lei nº 11645/2008: ações e narrativas sobre a sua implementação em Santa Catarina. **Mosaico: Revista de História**, Goiânia, v. 15, p. 221-234, 2022.

SILVA, Álvaro André França da. **Desafios e conflitos na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08: experiências de professores de história na educação básica em Maceió**. In: Anais do Encontro Estadual de História, Garanhuns: ANPUH-PE, 2024.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2024.